



MULHERES DO CAMPO E PRÁTICAS DE CUIDADO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE SOBRE AGROECOLOGIA E SAÚDE¹

RIBEIRO, Camila²

² Graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo na UFF - Niterói/RJ. Graduada em Psicologia na UFPE - Recife/PE. E-mail: camilaamcr@gmail.com

RESUMO

As práticas de cuidado exercidas pelas mulheres do campo são desvalorizadas e invisibilizadas ao olhar capitalista e patriarcal. É necessário, como responsabilidade social, que o debate sobre saúde e agroecologia se amplie compreendendo as práticas das mulheres camponesas no âmbito da produção de saúde. Aliada a essa reflexão, se torna primordial que a reflexão sobre as questões de gênero no debate sobre agroecologia ocupe a produção acadêmica e a militância social.

PALAVRAS-CHAVE: mulheres, saúde, campo, agroecologia

INTRODUÇÃO

A relação entre agroecologia e saúde pode ser de imediatamente interpretada pela pauta do uso de agrotóxicos na produção alimentar, questão que impacta na saúde da população brasileira e que vem ganhando maior visibilidade, apesar dos inúmeros retrocessos expressados em cortes de direitos já declarados no atual governo federal. A pauta da produção sustentável de alimentos saudáveis é urgente no país e associá-la à questão de saúde pública é no mínimo coerente.

No entanto, por meio da análise de estudos sobre os papéis das mulheres no campo, principalmente em obras contemporâneas que integram o campo da agroecologia com as questões de gênero, revelam-se práticas menos visíveis, entretanto fundamentais para a produção de saúde não somente das mulheres, mas também da comunidade envolvida territorialmente. A atenção com as relações sociais da comunidade, a organização da casa, o cuidado com a terra, o acolhimento e a escuta de pessoas próximas fazem parte de trabalhos responsabilizados - através de um processo histórico marcado pelo pensamento patriarcal e capitalista - pelas mulheres e que fazem parte também da produção de cuidado e de saúde do território em que vivem. A concepção de saúde colocada aqui, contrapõe-se ao conceito do modelo biomédico, que compreende a saúde como a ausência de enfermidades e se aproxima do conceito ampliado utilizado pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

O objetivo do trabalho é visibilizar e valorizar práticas de cuidado - bem como as subjetividades que as atravessam - destinadas à responsabilidade das mulheres. Dessa forma, objetiva-se expor às funções produtivas das mulheres camponesas, além de compreender as funções reprodutivas como relevantes para o bem-estar biopsicossocial da comunidade, compreendendo também a rígida divisão sexual do trabalho que se impõe. É necessário levantar essas questões devido ao “vazio de análise” existente no campo teórico da agroecologia sobre as relações de gênero no campo. E diante do reconhecimento e valorização

¹ Projeto de Extensão Educação Patrimonial em Oriximiná/PA - UFF



das práticas de cuidado das mulheres camponesas, ao tecerem, politicamente, relações com o campo da saúde pública.

O trabalho também busca trazer a reflexão sobre o conceito ampliado de saúde, de forma a contribuir para a compreensão da saúde em sua totalidade como um equilíbrio de diversos condicionantes. Diante disso, contrapor a visão de saúde conceituada pelo modelo biomédico ainda é sustentada por diversos autores no campo teórico da agroecologia.

METODOLOGIA

A abordagem metodológica do trabalho foi feita por meio de pesquisa exploratória, utilizando-se da revisão bibliográfica como método de investigação. A pesquisa se deteve a obras contemporâneas do campo da saúde, da agroecologia e do feminismo, com alicerce da perspectiva feminista interseccional. Para a escolha da referência bibliográfica, buscou-se priorizar autoras mulheres e que dialogassem com essa visão do pensamento feminista.

Além disso, foi feita uma análise de documentos oficiais do governo destinada à regulamentação de práticas agroecológicas. A análise foi realizada através da utilização de busca pelo marcador “saúde” no conteúdo dos documentos selecionados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Agroecologia, mulher e trabalho

Por meio de trabalhos científicos recentes e, principalmente, pelo crescimento de movimentos sociais liderados por mulheres camponesas, o trabalho destas, na produção agroalimentar, vem se tornando mais visível e valorizado. Nesse sentido, podemos citar a Marcha das Margaridas, movimento popular que se destaca por sua força de mobilização social, reunindo mulheres do campo e da floresta em ações estratégicas que proporcionam avanços em diversas questões relacionadas à garantia de práticas agroecológicas no Brasil. A mobilização, desde sua criação em 2000, resultou no surgimento de importantes políticas públicas, como o Pronaf Mulher (linha específica dentro do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), o Programa Nacional de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural (PNDMTR), a Coordenadoria de Educação do Campo no MEC, entre diversos outros instrumentos políticos que, hoje, asseguram direitos para não somente mulheres, mas toda a população.

A partir do crescente protagonismo das mulheres do campo, seja por meio do crescente protagonismo na produção acadêmica ou da militância social, é possível compreender os papéis ocupados por elas no processo de produção agroalimentar. É importante destacar que as funções realizadas por mulheres são fruto de um processo histórico que organiza as relações sociais de acordo com o gênero, considerando o paradigma patriarcal e capitalista vigente. Por conseguinte, a visão essencialista de conexão da mulher com a natureza não nos serve para compreender as relações no campo, uma vez que essa perspectiva é até mesmo produto do olhar patriarcal e capitalista de dominação que reforça a



dicotomia cultura e natureza, estabelecendo para a mulher o lugar de subordinação - o mesmo da natureza - enquanto o homem é sustentado na posição de dominador - análogo ao lugar da cultura.

Posto a relevância de compreender os fatores histórico-culturais que organizam os sistemas de produção e consumo de alimentos, é importante identificar quais as práticas ditas como de responsabilidade da mulher, visto que muitas são desvalorizadas, ou até mesmo invisibilizadas. Obras clássicas que inauguram os estudos sobre agroecologia, bem como textos contemporâneos que discutem temas que atravessam esta área, não se aprofundam nas relações de gênero no campo. Neste sentido, Emma Siliprandi, militante feminista e pesquisadora social, destaca-os em seu livro *Mulheres e Agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas*:

Em vários textos que definem as premissas e os métodos da agroecologia encontram-se referências à existência das desigualdades de gênero como fontes de preconceitos contra as mulheres e como aspectos que deveriam ser considerados na elaboração dos seus programas de pesquisa e propostas de intervenção. No entanto, não existem aprofundamentos sobre essa problemática, que é fundamental para o entendimento de como se expressam as relações de poder no meio rural [...] Parece existir um “vazio de análise” entre o nível micro focado pelas teorias agroecológicas (o agroecossistema) e o nível macro (as comunidades rurais, os “camponeses”, os “indígenas”, a “agricultura familiar”), um espaço que merece ser analisado, no qual se encontram as pessoas concretas, homens e mulheres, que trabalham na agricultura.” (SILIPRANDI, 2015)

Aqui, a pesquisadora explica o “vazio de análise” que existe no campo teórico da agroecologia. No entanto, a aproximação de produções sobre agroecologia com os estudos de gênero tem trazido relevantes contribuições para essa questão nos últimos anos, com destaque para as autoras feministas que cumprem papel fundamental de aliar a militância ao debate acadêmico. É a partir do vazio, da necessidade de ocupá-lo e das referências de produções feministas já existentes, que o presente trabalho se orienta, com coerência social e legitimação do protagonismo das mulheres na prática agroecológica.

Práticas de cuidado da mulher camponesa

As mulheres camponesas estão à frente de responsabilidades de ordem produtiva e reprodutiva, visando a perspectiva comunitária. Importante ressaltar que a conceituação de “trabalho reprodutivo” e “trabalho produtivo” se constrói sobre perspectiva da divisão sexual do trabalho:

[...]é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc.) (KERGOAT, 2003)



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

Muitas das funções realizadas por mulheres se encontram em âmbito privado, são práticas domésticas e, portanto, desvalorizadas ao olhar capitalista. Além disso, essas práticas são reconhecidas como trabalhos reprodutivos (destinados exclusivamente às mulheres), que já se encontram menos valorizados do que os produtivos na hierarquia imposta pela divisão sexual do trabalho, citada anteriormente. Tarefas de cuidado familiar e alimentação doméstica são exemplos desses trabalhos (vinculados ao papel de mãe e esposa). Aos homens, é destinada a responsabilidade pelas tarefas produtivas, de geração de renda e ampliadas aos espaços públicos: manejo de técnicas de agricultura, grandes relações comerciais, etc.

Diversas funções exercidas por mulheres não são apenas desvalorizadas, mas também não são reconhecidas como trabalho, particularmente as que se enquadram no âmbito produtivo, como as atividades relacionadas à agricultura e as pequenas relações comerciais. Dessa forma, revela-se a interdependência entre os trabalhos produtivos e reprodutivos - evidenciando a importância do trabalho reprodutivo exercido pelas mulheres para que a produção se desenvolva - bem como a nebulosidade dos limites que os separam, visto que as trabalhadoras estão responsáveis pelos dois tipos de atividades. É importante considerar que os trabalhos produtivos e reprodutivos podem acontecer nos mesmos espaços e ao mesmo tempo, compondo uma produção conjunta - e que as mulheres podem estar à frente dos dois. Em sintonia a esse pensamento, a economista feminista Cristina Carrasco afirma que:

As contribuições econômicas das mulheres para reprodução familiar são decisivas: além de assumir o trabalho doméstico, fundamental entre outras coisas para a sobrevivência infantil, mantém longas jornadas na agricultura ou trabalham fora de suas casas, seja no trabalho fabril ou como pequenas comerciantes ou como trabalhadoras eventuais, babás, lavadeiras, etc.". (CARRASCO, 2014)

Ou seja, não reconhecer o valor produtivo no trabalho das mulheres é incoerente com a realidade de dinâmica no campo. E para além, é corroborar com o pensamento patriarcal e capitalista que sustenta a produção de violências por meio de dicotomias que atravessam as relações de gênero, como: homem e mulher, cultura e natureza e, enfim, a produção e a reprodução. A divisão sexual do trabalho se revela falaciosa na prática e condizente apenas com os interesses de dominação masculina.

É a partir dessa reflexão que se revela a subjugação do trabalho da mulher, é possível compreender o porquê de diversas práticas realizadas nesse contexto por mulheres não serem valorizadas pela sociedade. Atividades como “a horta, o pomar, os animais domésticos e todas as atividades consideradas ‘secundárias’ em relação às culturas comerciais” (Siliprandi, 2015) são de responsabilidade das mulheres camponesas no cotidiano da comunidade. Isto é, as funções exercidas por elas estão presentes nas mais diversas ordens e, muitas vezes, se revelam extenuantes devido à sobrecarga de afazeres.



Práticas de cuidado

Dentre os trabalhos - sejam de ordem produtiva ou reprodutiva - exercidos pelas mulheres do campo, muitos se revelam como práticas de cuidado e que, considerando a produção de subjetividades envolvidas, tecem também redes de cuidados. Na definição de ‘práticas de cuidar’, encontrada no dicionário de verbetes produzido pela Fundação Oswaldo Cruz, destaca-se o protagonismo das mulheres:

A origem da prática de cuidar teve seu início restrito ao espaço doméstico, privado, particular. Desde a Grécia Antiga identifica-se que a prática do cuidar vem sendo exercida no interior das famílias, e sua realização demandava um saber prático adquirido no fazer cotidiano, passando, assim, de geração a geração. Nesta época, a gestão do cuidado era uma tarefa feminina. Quem cuidava da casa dos filhos, dos escravos dos doentes eram as mulheres. Aliás, uma responsabilidade bastante repetida até os dias de hoje em muito cotidianos familiares. ” (PINHEIRO, 2009)

A dinâmica social do campo reproduz também esta lógica do cuidado. As mulheres são responsabilizadas pelo afeto dentro da unidade familiar, se preocupam com as relações da comunidade e agenciam o bem-estar biopsicosocial à sua volta. Desta forma, atribui-se o acolhimento e a escuta às práticas cotidianas dessas trabalhadoras, que não se limitam ao grupo familiar, mas estendem suas atividades por toda a comunidade. Sobre as práticas de cuidado, a educadora popular Vanderléia Daron destaca que: “Entre os vários elementos elencados pelas mulheres camponesas, a acolhida e a capacidade de escuta e de respeito a cada pessoa que participa do grupo ou com quem busca alguma forma de cuidado, marcam profundamente este trabalho” (Daron, 2009).

O acolhimento pode se constituir nas ações sutis no cotidiano de uma comunidade, podendo ser produzido por meio de trocas de palavras, de gestos que conduzam aproximações, de convites para tomar um café. Por tratar de uma dimensão sensível de compreensão e por fazer parte das subjetividades da mulher do campo, a valorização do acolher se torna distante da realidade de uma sociedade baseada em paradigmas capitalistas e patriarcais. Entretanto, o acolhimento está presente como um dos pilares do Humaniza SUS, política que atua transversalmente às demais políticas de saúde do SUS desenvolvida em 2003, com o intuito de, através a humanização, valorizar todas as pessoas envolvidas no processo de produção de saúde:

Acolher é reconhecer o que o outro traz como legítima e singular necessidade de saúde. O acolhimento deve comparecer e sustentar a relação entre equipes/serviços e usuários/populações. Como valor das práticas de saúde, o acolhimento é construído de forma coletiva, a partir da análise dos processos de trabalho e tem como objetivo a construção de relações de confiança, compromisso e vínculo entre as equipes/serviços, trabalhador/equipes e usuário com sua rede socioafetiva (BRASIL, 2013).



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

A escuta, questão levantada anteriormente por meio da citação de Daron, está também inserida nas diretrizes do Humaniza SUS quando aprofundadas as formas de proporcionar o acolhimento.

Outra diretriz da política é ambiência, relacionada à criação de “espaços saudáveis, acolhedores e confortáveis, que respeitem a privacidade, propiciem mudanças no processo de trabalho e sejam lugares de encontro entre as pessoas” (Brasil, 2013). Este ponto dialoga com práticas já exercidas no cotidiano de mulheres do campo, que têm a responsabilidade de cuidar da casa, pensando na higiene e no conforto da família. A partir dessa ideia, torna-se relevante compreender a casa, a comunidade ou o território como espaço potencial de saúde, análogo à clínica. O espaço onde as mulheres camponesas atuam deve ser visto também como um lugar que abriga a produção de práticas de cuidado, é território que produz saúde.

Além das relações aqui traçadas com o Humaniza SUS, as práticas de cuidados se inserem também como “práticas populares de saúde”, definidas pelo Comitê Nacional de Educação Popular (CNEPS) como dimensão da Educação Popular em Saúde:

O jeito de fazer saúde acumulado tradicionalmente nas formas populares de cuidar, denominadas práticas populares de cuidado, tem desvelado possibilidades de construção de processos de cuidado dialogados, participativos e humanizados, acolhedores da cultura e do saber popular. Configuram-se em um processo de criação e aprimoramento de caminhos para um fazer em saúde capaz de reconhecer o ser humano em sua totalidade, comprometida com a transformação da sociedade, o enfrentamento das iniquidades e com a emancipação dos sujeitos (BRASIL, 2013).

A questão de “reconhecer o ser humano em sua totalidade” é de extrema importância para a compreensão das práticas de cuidado exercidas pelas mulheres camponesas. É pensar que o atravessamento dos mais diversos condicionantes pode ser determinante para a produção de saúde. O cuidado com a terra, a organização da casa, as conversas cotidianas são práticas que tecem redes de cuidados, tendo em vista a dimensão de totalidade. Essas práticas marcam a construção de subjetividades das mulheres camponesas e atravessam as dinâmicas sociais de funcionamento dos territórios. A partir dessa compreensão, é relevante que haja a valorização do trabalho da mulher de modo que possibilite compreender essas práticas como produtoras de saúde - considerando o conceito ampliado de saúde, utilizado pelo SUS (Sistema Único de Saúde).

O conceito ampliado de saúde é estratégico para legitimar as práticas de cuidado das mulheres camponesas, visto que não são enquadradas no conceito de saúde do modelo biomédico. Este modelo, valorizado pela sociedade ocidental, propõe uma visão mecanicista sobre o corpo humano, se orienta exclusivamente pelos processos biológicos e, portanto, exclui fatores psicológicos e sociais. Essa concepção é dominante hoje e sustenta subjetividades de uma sociedade patriarcal e capitalista, em que a privatização das instituições públicas é estratégia política central - e a saúde ocupa lugar determinante



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

nessa perspectiva neoliberal. No entanto, quando se torna interessante para o capitalismo global, as práticas de cuidado realizadas por mulheres camponesas são, não somente reconhecidas, mas exploradas. Esther Vivas, ativista política, explica o funcionamento da exploração de trabalhos reprodutivos de mulheres camponesas migrantes, que em busca de uma vida melhor se deslocam para países industrializados e tem seus trabalhos utilizados como solução para uma crise na saúde que a própria lógica capitalismo sustenta:

A incapacidade para resolver a crise atual dos serviços de saúde nos países ocidentais, fruto da incorporação massiva das mulheres no mercado de trabalho, o envelhecimento da população e a não resposta do Estado a estas necessidades, serve como alibi para a importação de milhões de 'cuidadoras' dos países do Sul global (VIVAS, 2012).

Ou seja, o reconhecimento do trabalho da mulher do campo como produtor de saúde é sujeito ao interesse econômico do homem. Revela-se que, apesar de sustentadas por princípios do SUS, as práticas de cuidado não são valorizadas, muito menos legitimadas no campo da saúde. Em virtude disso, é no mínimo coerente que projetos progressistas ou planejamentos baseados em paradigmas antipatriarcais e anticapitalistas, sobre a produção agroalimentar, valorizem o trabalho realizado por mulheres do campo.

Agroecologia e Saúde

A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), instituída pelo Decreto Federal nº 7.794 de 20 de agosto de 2012, foi um marco importante para a luta de movimentos do campo e das florestas. A PNAPO tem como objetivo:

Integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis (BRASIL, 2012).

Dessa forma, expressa-se como um instrumento importante para consolidar a articulação de diferentes órgãos governamentais já existentes, além da criação de outros, como a Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica e a Câmara Interministerial de Agroecologia e Produção Orgânica.

No que se refere a questão de saúde, o decreto que institui a PNAPO traz exclusivamente uma diretriz relacionada à produção de alimentos orgânicos e de base agroecológica, em relação à utilização massiva de contaminantes, alicerçada pela permissiva legislação brasileira. Segundo um estudo feito pela Universidade de São Paulo, é permitido o uso de 504 agrotóxicos no país, sendo que, dentre estes, há diversos que comprovadamente possuem riscos à saúde, como o caso do acetato, por exemplo. Segundo a Anvisa, o contaminante causa "síndrome intermediária", podendo gerar fraqueza muscular e do pescoço. Além disso, cerca de 30% dos agrotóxicos utilizados no país são proibidos na Europa.



Compreende-se, portanto, a relevância do decreto como forma de priorizar práticas agrícolas que promovam a saúde dos trabalhadores do campo e da população no geral, além de inserir a pauta da segurança alimentar da agenda de debates.

Por meio da análise do Decreto Federal nº 7.794 de 20 de agosto de 2012 que institui a PNAPO, é possível concluir que a questão da saúde na agroecologia está exclusivamente ligada à pauta da soberania alimentar. Diversas produções acadêmicas no campo da agroecologia quando se referem à questão da saúde, limitam-se também à questão da soberania alimentar. Entretanto, como visto no decorrer do trabalho, a produção de saúde no campo se expressa por diversas dimensões e práticas. Diante disso, é necessário refletir sobre os motivos de tantas práticas de saúde presentes, nesse contexto, não estarem pautadas em debates acadêmicos, planejamentos estratégicos e reivindicações políticas na área da agroecologia. Por este ângulo, Emma Siliprandi cita que a agroecologia:

Não se trata simplesmente de se agregar uma dimensão ecológica aos estudos convencionais sobre as mudanças no mundo rural, típico dos discursos ecotecnocráticos, mas de se criarem novas categorias conceituais que permitam o desenho de um sistema de produção agrícola em que os seres humanos cultivem a terra sem degradá-la e sem degradar-se enquanto organizações sociais. O ponto de partida é a inseparabilidade dos sistemas sociais e ecológicos; ou seja, as relações entre os agentes sociais e os ecossistemas (SILIPRANDI, 2015).

Sendo premissa do pensamento agroecológico considerar as relações sociais e as demais interseccionalidades presentes na construção das subjetividades que compõem o território, as relações de gênero são também essenciais para a reflexão e proposição da prática agroecológica. A questão da saúde é mobilizadora e impulsiona a importância da agroecologia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre agroecologia no Brasil é urgente, e se torna cada vez mais desafiador à medida que compreendemos a dimensão dos lugares de poder que o agronegócio ocupa, alicerçado pela bancada ruralista fortalecida no governo atual. Diante da luta pelo fortalecimento de práticas agroecológicas, seja pela ampliação dos debates acadêmicos, pelas militâncias no campo, ou pela aliança entre essas duas frentes, é necessário se atentar para diversos aspectos sociais que atravessam as relações no campo. Neste trabalho, buscou-se levantar questionamentos sobre as relações de gênero e a importância de aliar a luta feminista no debate sobre a agroecologia. Evidencia-se um vazio relacionado às questões de gênero que precisa ser ocupado e debatido para que não se reproduza subjetividades patriarcais e capitalistas - estas que diariamente sustentam violências contra as mulheres no campo.

Visto a necessidade de pautar questões de gênero no debate da agroecologia, existem diversas questões que devem ser revistas para estabelecer uma visão mais coerente sobre os papéis das mulheres camponesas. Dentre elas a saúde que se destaca por já ser um debate fortemente presente na discussão



III CIFA

COLÓQUIO INTERNACIONAL
FEMINISMO E AGROECOLOGIA:
TRABALHO, CUIDADO E BENS COMUNS

sobre a agroecologia, principalmente relacionada à luta pela produção orgânica de alimentos. No entanto, é necessário que esse debate seja ampliado, que a questão da saúde não seja apenas relacionada à produção alimentar e não esteja exclusivamente alicerçada pelo conceito biomédico de saúde.

Diversas práticas de cuidado exercidas por mulheres foram citadas no presente trabalho, revelando a diversidade de possibilidades de produção de saúde que são desvalorizadas e invisibilizadas. Essas práticas, apesar de dialogarem até mesmo com diretrizes do SUS, não são compreendidas hegemonicamente no âmbito da saúde. Diante disso, a produção de cuidado deve ser vista como uma prática política aliada a agroecologia por meio de uma reflexão sobre o conceito ampliado de saúde. E para levantar essa questão, é necessário que o debate sobre agroecologia abandone quaisquer pensamentos capitalistas e patriarcais.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. 2013. Disponível em: [http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/junho/03/3.b\)%20Pol%C3%ADtica%20Final_21.05.2013.pdf](http://portalarquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2015/junho/03/3.b)%20Pol%C3%ADtica%20Final_21.05.2013.pdf)
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização**. 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2.761, de 19 de novembro de 2013**. 2013. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2761_19_11_2013.html
- CARRASCO, Cristina. **Para uma economia feminista**. 2014. Disponível em: <http://sof2.tempsite.ws/wp-content/uploads/2015/07/INTRODUCAO-para-uma-economia-feminista-Carrasco.pdf>
- DARON, Vanderléia. **A dimensão educativa da luta por saúde no Movimento de Mulheres Camponesas e os desafios político-pedagógicos para a educação popular em saúde**. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622009000300008
- KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo**. Paris. Editora Presses Universitaires de France, 2003. Disponível em: https://polignu.org/sites/poligen.polignu.org/files/adivisaosexualdotrabalho_0.pdf
- MARCA DAS MARGARIDAS. **Caderno de textos para estudos e debates**. 2015. Disponível em: http://www.contag.org.br/imagens/f2308caderno-de-textos-para-estudos-e-debates---marcha-das-margaridas-2015_-versaofinal_site.pdf
- SILIPRANDI, Emma. **Mulheres e agroecologia: a construção de novos sujeitos políticos na agricultura familiar**. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2015.
- PINHEIRO, Roseni. **Dicionário de educação profissional em saúde: cuidado em saúde**. Rio de Janeiro. Editora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz, 2009. Disponível em: <http://www.sites.epsjv.fiocruz.br/dicionario/index.html>
- VIVAS, Esther. **Soberania alimentar, uma perspectiva feminista**. 2012. Disponível em: <https://esthervivas.com/portugues/soberania-alimentar-uma-perspectiva-feminista/>